

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Terceira idade: velhos conceitos, novos horizontes a partir da feminização da velhice

Leila Aparecida de Freitas, graduanda em Economia Doméstica – UFV (leila.freitas@ufv.br)
Edmar Maria do Bonfim Fialho, graduanda em Economia Doméstica – UFV (edmar.fialho21@gmail.com)
Emília Rosa Duarte, graduanda em Economia Doméstica – UFV (emiliaduarte68@hotmail.com)
Márcia Botelho de Oliveira, Mestre em Economia Doméstica –UFV (marcia.botelho@ufv.br)

Resumo: O presente artigo pretende fazer uma abordagem teórica a respeito dos arranjos familiares bem como sobre o envelhecimento e a feminização da velhice, uma vez que estudos a respeito desse assunto se fazem necessário a fim de compreender o fenômeno de envelhecimento que cresce a cada dia, muito em função do processo de urbanização associado à melhora na qualidade de vida e o acesso aos avanços da medicina. Todavia o Brasil não está preparado para acolher e minimizar os problemas que permeiam a vida de homens e mulheres da terceira idade, pois se percebe grupos de idosos buscando sua inserção na sociedade, não só para mostrar o quanto são capazes de desempenhar determinadas ações, como também aumentar sua autoestima. A metodologia utilizada pautou-se em pesquisa bibliográfica, como artigos científicos e livros que tratam da temática. Foi possível dimensionar que políticas públicas devem ser implementadas para minimizar ou até mesmo sanar as dificuldades enfrentadas pelos idosos, principalmente aqueles do sexo feminino. Já que na sociedade contemporânea o gênero feminino alcançou certa independência, devido aos movimentos feministas, acarretando assim a emancipação da mulher, porém não foi o suficiente para que elas se eximissem da responsabilidade do cuidar dos demais membros da família.

Palavras-chave: Família; Envelhecimento; Feminização.

1. Introdução

Durante o processo de industrialização no Brasil, a população era composta por um grande percentual de crianças e jovens, demonstrado por uma base larga da pirâmide etária. Porém, entre a década de 1970 e 2010 esta pirâmide etária sofreu um estreitamento em função dos avanços da medicina e do nível de instrução da população, acarretando em uma redução da taxa de mortalidade e natalidade (SANTOS, 2008).

A consequência deste fato foi à inversão da pirâmide etária, o IBGE verificou que a esperança de vida ao nascer no Brasil em 2011 era de 74,08 anos. É possível identificar um novo perfil das famílias brasileiras, uma vez que, diversos fenômenos ocorreram ao longo das



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

últimas décadas, como por exemplo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o surgimento de novos arranjos familiares, sendo uma delas famílias com número pequeno de indivíduos (IBGE, 2010).

Estudiosos de diferentes áreas abordam o envelhecimento no intuito de promover a integração dos indivíduos acima de 60 anos na sociedade, identificando que a terceira idade não se caracteriza por apenas queda da força e degeneração do organismo, mas que envolve implicações sociais e psicológicas.

Outra questão constatada é a quantidade de mulheres idosas existentes, pois a predominância da população feminina implica na promoção de políticas públicas para essa faixa etária, uma vez que de acordo com Camarano (2002) as mulheres apesar de viverem mais do que os homens, estão sujeitas a deficiências físicas e mentais mais do que aqueles do sexo masculino.

Cabe ressaltar que o aumento da feminização da velhice apenas é uma consequência de um processo em curso, que se torna evidente no momento em que a população de maneira geral registra um aumento da expectativa de vida. No início do século XX, com a ocorrência da I Guerra Mundial, os homens foram convocados pelas forças armadas, e com isso as mulheres tiveram que sair do espaço privado em busca do sustento da casa, retornando logo depois para reassumir a responsabilidade da casa, assim como o cuidado dos filhos e os demais indivíduos da família.

Por conta disso, estudos sobre o envelhecimento se fazem necessário para que se possa entender esse fenômeno e com isso orientar novas políticas que privilegiem os indivíduos da terceira idade de maneira efetiva. Diante desse fato o presente trabalho pretende identificar as diversas modificações ocorridas nos modelos de família bem como suas principais causas e caracterizar o fenômeno da feminização da velhice.

1.1. Objetivo Geral:

Realizar uma abordagem teórica sobre os novos arranjos familiares e feminização da velhice.

1.2. Objetivos Específicos:

- Identificar os tipos de famílias e as mudanças ocorridas nos arranjos familiares;
- Caracterizar a feminização da velhice;
- Descrever as possíveis causas e consequências da feminização da velhice.



2. Metodologia

Este trabalho pretende compreender o significado de família, novos arranjos familiares e a feminização da velhice, bem como identificar as mudanças ocorridas no Brasil. Metodologicamente realizou-se uma revisão bibliográfica utilizando-se como referência pesquisas que abordaram este tema incluindo autores como Rouseane da Silva Paula, Edivana Almeida Aguiar dos Santos, Ana Amélia Camarano e também informações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros. De acordo com Gil (2002) um levantamento bibliográfico pode ser entendido como estudo exploratório, com finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação.

3. Referencial Teórico

Para melhor entendimento do tema proposto neste trabalho, será feita uma abordagem teórica por meio de assuntos pertinentes a esta discussão, tendo como subtítulos família, novos arranjos familiares, idosos na família e a feminização da família.

3.1. Família

O termo família de acordo com estudos antropológicos é um grupo de pessoas ligadas por relações afetivas consanguíneas e não se restringe à convivência em uma mesma moradia. Já na demografia, sociologia e na economia o termo família é designado como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes em uma unidade doméstica (BRUSCHINI, 1989).

Segundo Prado (1983), a palavra família no sentido popular e nos dicionários, são pessoas com grau de parentesco que vivem de maneira geral na mesma casa, tais como: o pai, a mãe e os filhos, como também parentes ou adotados.

Os estudiosos mencionam também a diversidade de tipos de arranjos familiares e que os mesmos podem modificar com o tempo, pode-se definir família como "por necessidade ampla: duas ou mais pessoas ligadas por laços de sangue, de matrimônio ou de adoção" (HAVILAND et al., 2011, p. 311).

Para efeitos de proteção do Estado, na Constituição Brasileira de 1988 considera-se que família é:

“a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito “novo” de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes - crianças, jovens e velhos - a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

conjugais são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”
(GOLDANI, s/d).

Haviland et al. (2011) ressaltam que mesmo não tendo um padrão estipulado de família ela sempre existirá, e as mesmas devem ter o mesmo objetivo, que é de responsabilidade do chefe da família prover as necessidades básicas dos seus membros, direcionar a educação dentro da cultura existente no país, mas acima de tudo garantir o desenvolvimento individual de cada um.

Vale lembrar, que as modificações foram acontecendo e os diversos modelos de família contribuíram para determinar momentos históricos e através dele fazer uma reflexão sobre as formas dos arranjos familiares.

Historicamente, a preservação parcial da economia latifundiária explicaria, segundo Teruya (2000), a manutenção das enormes desigualdades sociais no país, juntamente com as relações semi-patriarcais, principalmente nos Estados da região Norte do país. Por outro lado, o desenvolvimento da economia industrial, no Sudeste, passou a transformar a família, fazendo com que ela se nuclearizasse, para atender melhor as demandas da sociedade moderna, e com isso, perdesse a sua função reprodutiva. Para a autora, a condição urbano/rural foi a base para determinar um novo tipo familiar, produto da união do processo de urbanização e da industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse da família para os empresários e para o Estado.

Ainda Teruya (2000), destaca que em decorrência desta união ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido. Atualmente, as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias formadas por um casal e um “animal de estimação” e, também, se questiona se pode considerar família o solteiro adulto que vive sozinho.

Destaca-se de acordo com Haviland et al. (2011, p. 312) alguns modelos de famílias como, por exemplo, a nuclear, conceituada como “[...] a menor unidade familiar, cujo o grupo consiste apenas de pai ou mãe, ou do casal e dos filhos dependentes, que pode incluir padrasto/madrasta, meios irmãos e filhos adotados [...]”. Outro arranjo que era muito comum é o da família extensa, caracterizado como sendo “[...] duas ou mais famílias nucleares com parentesco próximo que se reúnem em um grupo doméstico maior [...]”

A família conjugal é um arranjo familiar também citado por Haviland et al. (2011), sendo este formado com base em laços matrimoniais. Já a família consanguínea é aquela “[...] composta por mulheres aparentadas, seus filhos e irmãos [...], não são comuns, mas alguns exemplos incluem os Musuo, no sudoeste da China [...]”.

As alterações ocorridas nas famílias se devem a dois fatores recentes que precipitaram toda essa transformação na organização familiar. O primeiro fator foi a legalização do divórcio, que, no Brasil, virou lei em 1977. O segundo foi o surgimento da pílula

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

anticoncepcional, que garantiu aos homens e às mulheres a alternativa de uma vida sexual desvinculada da paternidade/maternidade (NASCIMENTO, 2006).

3.2. Novos Arranjos Familiares

Com o advento da vida moderna, alicerçado pela industrialização e urbanização, o modelo patriarcal de família vem sendo alterado. De acordo com estudos realizados com mulheres chefes de famílias residentes no interior do estado de Santa Catarina, os arranjos familiares vem se alterando em razão da emancipação da mulher e da crise no modelo patriarcal (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007). Ainda de acordo com as autoras, esse perfil de família está relacionado a entrada da mulher no mercado de trabalho, uma situação muito comum na sociedade contemporânea e que mostra a conquista do gênero feminino no espaço público, dando a ela autonomia financeira, elemento fundamental para arcar com as necessidades dos seus dependentes.

A revolução contemporânea que a população e a família brasileira estão passando se completa com núcleos familiares formados por minorias como os homossexuais (com casamento e adoção de crianças) e com as novas técnicas de reprodução (inseminação artificial, doador de esperma, barriga de aluguel, entre outras). A respeito destas famílias alternativas Prado apud Nascimento (2006), apontou quatro formas de famílias cujas principais características as diferenciavam das formas tradicionais:

“a) A família criada em torno a um casamento dito “de participação” – trata-se aí de ultrapassar os papéis sexuais tradicionais. b) O casamento dito “experimental” – que consiste na coabitação durante algum tempo, só legalizando essa situação após o nascimento do primeiro filho. c) Outra forma de família seria aquela baseada na “união livre”. d) A família homossexual, quando duas pessoas de mesmo sexo vivem juntas, com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores, ou, no caso de duas mulheres, com filhos por inseminação artificial” (PRADO apud NASCIMENTO, 2006, p.19).

A família monoparental foi reconhecida pela Carta magna como entidade familiar e de acordo com a mesma é conceituada como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Quanto a tal questão Santana apud Diniz (2002) expõe o seguinte comentário:

“A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc” (SANTANA, 2010, p. 3).



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

Pedroso apud Leite (2003) entende que “uma família é monoparental quando a pessoa considerada (homem ou mulher) encontra-se sem cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças”.

De 1970 para 2000 o número de domicílios chefiados por mulher subiu de 18,1% para 26,5%. O Distrito Federal, em 2000, apresentava o maior percentual de domicílios com mulheres chefes (34,6%), seguido do Rio de Janeiro (32,2%). A família encolheu, e esta tendência vem se verificando ao longo das últimas décadas. Em média, em 1991, cada família tinha 3,9 pessoas, passando, em 2000, para 3,5 (PRADO apud NASCIMENTO, 2006).

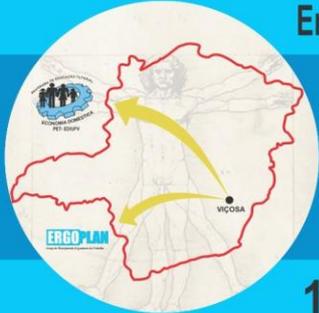
Mulheres chefes de família é um dos novos arranjos familiares existentes hoje no Brasil, e de acordo com Haviland et al. (2011):

“a dependência da vida em grupo para sobreviver é uma característica humana básica [...] desenvolvemos conforme nosso característico modo humano - através da cultura. Contudo, cada cultura pode definir o que constitui uma família, a unidade social que forma a estrutura básica de cooperação, atende às necessidades mais importantes do indivíduo e fornece o cuidado indispensável para que as crianças se desenvolvam como membros produtivos e saudáveis do grupo e, portanto, ajuda a garantir seu futuro” (HAVILAND et al, 2011, p. 310).

Assim como, famílias chefiadas por mulheres hoje é comum a união, socialmente aceita, de casais homossexuais que constroem uma família. Peris apud Silva (2006) analisando as funções das famílias, questiona-se porque não se considera a união de casal homossexual como um novo arranjo de família, "visto que pode estar apto como qualquer outro casal a exercer tais funções, exceto pela obrigação da procriação realizada de forma natural sem a utilização de métodos artificiais". Complementando esta afirmação Brunet (2001) diz que:

“A admissão de novas configurações familiares pressupõe a admissão de novos agentes participativos e ativos nas decisões políticas de uma dada sociedade, o que pode não interessar a determinadas classes que detêm o poder. [...] A realidade das uniões homossexuais é esta: existem enquanto entidade familiar, mas são excluídas de uma participação ativa no processo político-social em que se inserem.[...] A família é cultural e afetiva, não biológica e sexual” (BRUNET, 2001, p. 5).

As famílias brasileiras passam por mudanças devido à modernização, sofrendo transformações nas condições de reprodução, nas formas de relacionamento entre os membros e na posição da mulher. Segundo Goldani (1994) a complexidade da família aumentou devido ao grande número de famílias reconstituídas por motivos de separação, divórcios e recasamentos, conforme demonstra a Tabela 1.



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Tabela 1. Famílias com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo de arranjo familiar, no Brasil entre 1970-2000.

Tipo de arranjo familiar	1970	1980	1991	2000
Total	17 481 114	25 046 119	34 894 507	43 993 672
Casal sem filhos	1 916 609	2 978 420	4 203 738	5 783 250
Casal sem filhos e com parentes	387 435	487 844	610 506	881 208
Casal com filhos	10 825 428	15 234 267	20 335 906	23 915 116
Casal com filhos e com parentes	1 713 993	2 187 462	2 549 797	2 971 769
Mulher chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos	1 376 580	2 278 095	4 265 599	6 047 643
Mulher chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos e com parentes	317 395	547 364	936 469	1 542 017
Homem chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos	268 402	339 870	503 986	762 869
Homem chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos e com parentes	93 717	102 600	132 377	187 324
Outras famílias com parentesco	581 555	890 197	1 356 129	1 902 476

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970-2000.

Notas: 1 - Na categoria Outro estão incluídos arranjos do tipo avó residindo com neto ou dois irmãos, etc. 2 - As pessoas na categoria de agregados, pensionistas, empregado doméstico e parente do empregado doméstico estão distribuídas nos tipos de família.

(1) 1970, 1980 e 1991, relação com o chefe do domicílio; 2000, relação com o responsável pelo domicílio.

Fonte: Nascimento (2006).

Porém as famílias residentes nas áreas rurais, embora tenha diminuído, continuam sendo maiores que as residentes em áreas urbanas (Tabela 2). Em 1991, em média, as famílias urbanas possuíam 3,8 pessoas e as rurais 4,4, passando, em 2000, para 3,4 e 4,0, respectivamente. Em número de componentes os domicílios também encolheram. Enquanto no século XIX e início do século XX as famílias apresentavam-se extensas, com um número elevado de membros, como, por exemplo, no ano de 1920 em que o número médio de pessoas por domicílio correspondia a 7,73 pessoas, os dados da segunda metade do século XX mostram decréscimo. Na Tabela 2 verifica-se que o número médio de pessoas por família passou de 5,18 pessoas para 3,52 pessoas entre 1960 e 2000 e que o número médio de pessoas por domicílio decresceu de 5,20 pessoas para 3,79 pessoas no mesmo período (NASCIMENTO, 2006).

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Tabela 2. População, famílias, domicílios, média de pessoas por família e de pessoas por domicílio, no Brasil entre 1960-2000.

Ano censitário	População	Famílias	Domicílios (1)	Pessoas por família	Pessoas por domicílio
1960 (2)	70 191 370	13 532 142	13 497 823	5,18	5,20
1970 (3)	92 341 556	18 554 426	17 628 699	4,98	5,24
1980 (3)	119 002 706	26 806 748	25 210 639	4,44	4,72
1991 (3)	146 825 475	37 502 520	34 743 432	3,92	4,23
1996 (3)	157 070 163	...	39 599 066	...	3,96
2000 (3)	169 799 170	48 232 405	44 795 101	3,52	3,79

Fonte: IBGE. Censos demográficos. 1960-2000.

Notas: 1 - Dados da pesquisa do universo. 2 - Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

(1) Domicílios particulares permanentes ocupados. (2) População presente. (3) População residente.

Fonte: Nascimento (2006).

3.3. O idoso na Família

O conceito de terceira idade é uma expressão que recentemente e com muita rapidez popularizou-se no vocabulário brasileiro. A expressão, de acordo com Laslett apud Debert (1998), originou-se na França com a implantação, nos anos 1970, das *Universités du Troisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981.

Nesse contexto Debert (1998) ressalta que a invenção da terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice: durante muito tempo considerado como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou em uma questão pública.

Um conjunto de orientações e intervenções foi definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. Como consequência, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas e uma nova categoria é produzida: as pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão (DEBERT, 1998).

Tal fato pode ser confirmado através da Lei nº 10.741 datada de 1º de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), voltada a proteção dos indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso também está de acordo com Direitos e Garantias Fundamentais dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 2003).

O Estatuto do Idoso foi criado para ampliar os direitos dos idosos, já que existia a Política Nacional do Idoso, cuja lei denomina-se Lei nº 8.842 de 1994 (BRASIL, 2003).



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

Portanto, é possível ter outro olhar para esta camada da população, de maneira a buscar informações e promover ações voltadas para a terceira idade, assim como incluir neste contexto famílias onde os mesmos estão inseridos e até mesmo profissionais que atuam diretamente com os idosos, como os cuidadores de idosos, já que metaforicamente o envelhecimento não exprime uma situação de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar (DEBERT, 1998).

Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. Por isso, para Laslett apud Debert (1998), a invenção da terceira idade indicaria uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma "comunidade de aposentados" com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à realização e satisfação pessoal.

Porém, no seio da família, os idosos, que já passaram por quase todas as fases da vida, o relacionamento apresenta dificuldades muitas vezes, pois o próprio idoso, não compreende ou não aceita entender o envelhecimento de si e do outro.

O indivíduo idoso perde a posição de comando e decisão que estava acostumado a exercer e as relações entre pais e filhos modificam-se. Conseqüentemente as pessoas idosas tornam-se cada vez mais dependentes e uma reversão de papéis estabelece-se. Os filhos, geralmente, passam a ter responsabilidade pelos pais, mas muitas vezes esquecem de uma das mais importantes necessidades: a de serem ouvidos. Os pais, muitas vezes, quando manifestam a vontade de conversar, percebem que os filhos não têm tempo de escutar as suas preocupações (NUNES; PORTELLA, 2003).

O ambiente familiar pode determinar as características e o comportamento do idoso. Assim, na família suficientemente sadia, onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração.

Em famílias onde há desarmonia, falta de respeito e não reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Essas características promovem retrocesso na vida das pessoas. O idoso torna-se isolado socialmente e com medo de cometer erros e ser punido (ZIMERMAN, apud MENDES et al., 2005).

Ao observar o comportamento das famílias com os idosos Mendes et al. (2005) identificaram que as famílias onde existe o excesso de zelo, o idoso torna-se progressivamente dependente, sobrecarregando a própria família com tarefas executadas para o idoso, onde na maioria das vezes ele mesmo poderia estar realizando. Esse processo gera um ciclo vicioso e o idoso torna-se mais dependente.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Reconhece-se que para cada família o envelhecimento assume diferentes valores que, dentro de suas peculiaridades, pode apresentar tanto aspectos de satisfação como de pesadelo.

Em estudo realizado com idosos por Zimmerman apud Mendes et al. (2005) foi constatado que quando a qualidade afetiva em relação à família foi considerada ótima e boa, os idosos tiveram um menor grau de dependência emocional. Em contraposição aos idosos que avaliaram como regular e péssima a qualidade afetiva em relação à família, os quais tiveram aumento substancial no grau de dependência emocional. De acordo com os resultados deste estudo, pode-se inferir que a família representa para esses idosos, um fator que influencia significativamente a sua segurança emocional.

3.4. Feminização da Velhice

A velhice é um fenômeno social, e como qualquer outra fase da vida ela possui suas características próprias, cabendo a sociedade aceitar, procurar respeitar e valorizar esse crescente grupo.

Na sociedade contemporânea é comum estudos que abordam a idade cronológica do indivíduo, porém é necessário um número maior de estudos sobre o envelhecimento que vá além disso, pois esse fenômeno inclui vários aspectos que estão relacionados ao lado afetivo, como vida familiar, interação entre idosos e sociedade, valorização do saber de cada indivíduo.

De acordo com Oliveira apud Fenalti e Schwartz (2003):

[...]ainda não se tem o hábito de perceber os idosos como sujeitos integrantes da sociedade, pois somente aqueles que produzem ou que irão produzir “economicamente” são considerados sujeitos participativos e, portanto, mercedores de atenção e de oportunidades nos diversos âmbitos, especialmente no que concerne à educação[...] (OLIVEIRA apud FENALTI; SCHWARTZ, 2003, p. 139).

Goldani (1994) corrobora a visão de Fenalti e Schwartz (2003), pois as famílias resultam de fatores complexos inter-relacionados cortados por desigualdades espaciais, econômicas, raciais e culturais. A mulher ao mesmo tempo em que sai para o mercado de trabalho buscando um estilo de vida alternativo, são as mesmas que nas condições de filha, nora, sobrinha ou neta que se encarrega dos cuidados com os idosos da família.

Camarano et al. apud Santos (2008) complementam que a idade cronológica é associada à idade biológica, manifesta em características físicas, como a pele enrugada, cabelos brancos, declínio do vigor físico, locomoção vagarosa, entre outros aspectos físicos, fisiológicos ou funcionais identificados como características de uma pessoa idosa, mas que são extremamente variáveis de indivíduo para indivíduo.



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), citado por Nicodemo e Godoi (2010), a população idosa é considerada aquela acima de 60 anos de idade nos países em desenvolvimento, e acima de 65 anos de idade em países desenvolvidos.

Conforme Nicodemo e Godoi (2010, p. 42) “existem no mundo cerca de 302 milhões de mulheres e 247 milhões de homens com 60 anos de idade ou mais”, deixando evidente que está ocorrendo uma predominância das mulheres, fenômeno que vem sendo chamado de “feminização da velhice”. Em média, as mulheres vivem cerca de 7 anos a mais que os homens.

Um fato que pode explicar essa longevidade é que geralmente as mulheres se casam com homens mais velhos do que ela. Ocorre também que a mortalidade masculina é maior que a feminina; diminuíram as mortes maternas; as mulheres têm proteção hormonal do estrogênio; se arriscam menos no trânsito e no trabalho; consomem menos tabaco e álcool, e possuem postura diferente em referência à saúde (SALGADO, 2002; NICODEMO; GODOI, 2010).

Para Chaimowicz apud Agra et al. (2012) a população brasileira vem sofrendo um processo de envelhecimento desde a década de 1960, momento em que, coincide com a quedas das taxas de fecundidade em regiões mais desenvolvidas do Brasil propiciando modificações na estrutura etária do país. Já na década de 1970, as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) mostram que tal fenômeno estava acontecendo em todo o país atingindo todas as classes sociais e urbanas, conforme pode ser identificado ao longo da seqüência de pirâmides etárias de 1950 até 2050 (Figura 1).

Neste seguimento Gottlieb e Cruz (2008) destacam que o Brasil está entre os países com maior número de pessoas idosas no estoque de sua população geral. Em cinquenta anos a expectativa de vida do povo brasileiro praticamente dobrou, antes girava em torno de trinta e sete anos para homens e quarenta anos para mulheres. Determinados fatores contribuíram para aumentar a expectativa de vida tais como: mudanças na infra-estrutura socioeconômica, melhoria no saneamento básico, novas descobertas no campo da medicina incluindo a prevenção de doenças, novos medicamentos, vacinas e imigração da população rural para as cidades.

Para Salgado (2002), a idade mediana, em nível mundial, aumentou de 23,5 em 1950 para 26,8 em 1998, projetando-se para 2050 que essa idade estará em 37,8. No mundo, em geral, existe uma proporção maior de mulheres idosas do que de homens. Existe um excedente, portanto, de mulheres idosas em relação aos homens, elas vivem, em média, sete anos mais do que os mesmos. O autor explica que existe uma maior proporção de viúvas, a razão dessa situação é que, por tradição, a mulher tende a se casar com homens mais velhos do que ela, o que, associado a uma mortalidade masculina maior do que a feminina, aumenta a probabilidade de sobrevivência da mulher em relação ao seu cônjuge.

Sheedy apud Goldani (s/d) relata que pesquisas médicas e psicológicas sugerem que se o indivíduo consegue, durante sua trajetória entre 60 e 65 anos, resistir às doenças catastróficas, a preocupação para um envelhecimento com qualidade e a duração de vida deve estar direcionada a atitude e o comportamento psicológico do sujeito.



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia

VIII SIMPOPET

Simpósio do Programa de Educação
Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



A feminização da velhice foi conquistada graças às mudanças econômicas, sanitárias e culturais, mas tornou-se um problema social. Ao invés de ser um momento de lazer e de libertação, para muitos se configura em desencanto e depressão, devido à falta de perspectiva de futuro e até mesmo de presente (PAULA, s/d).

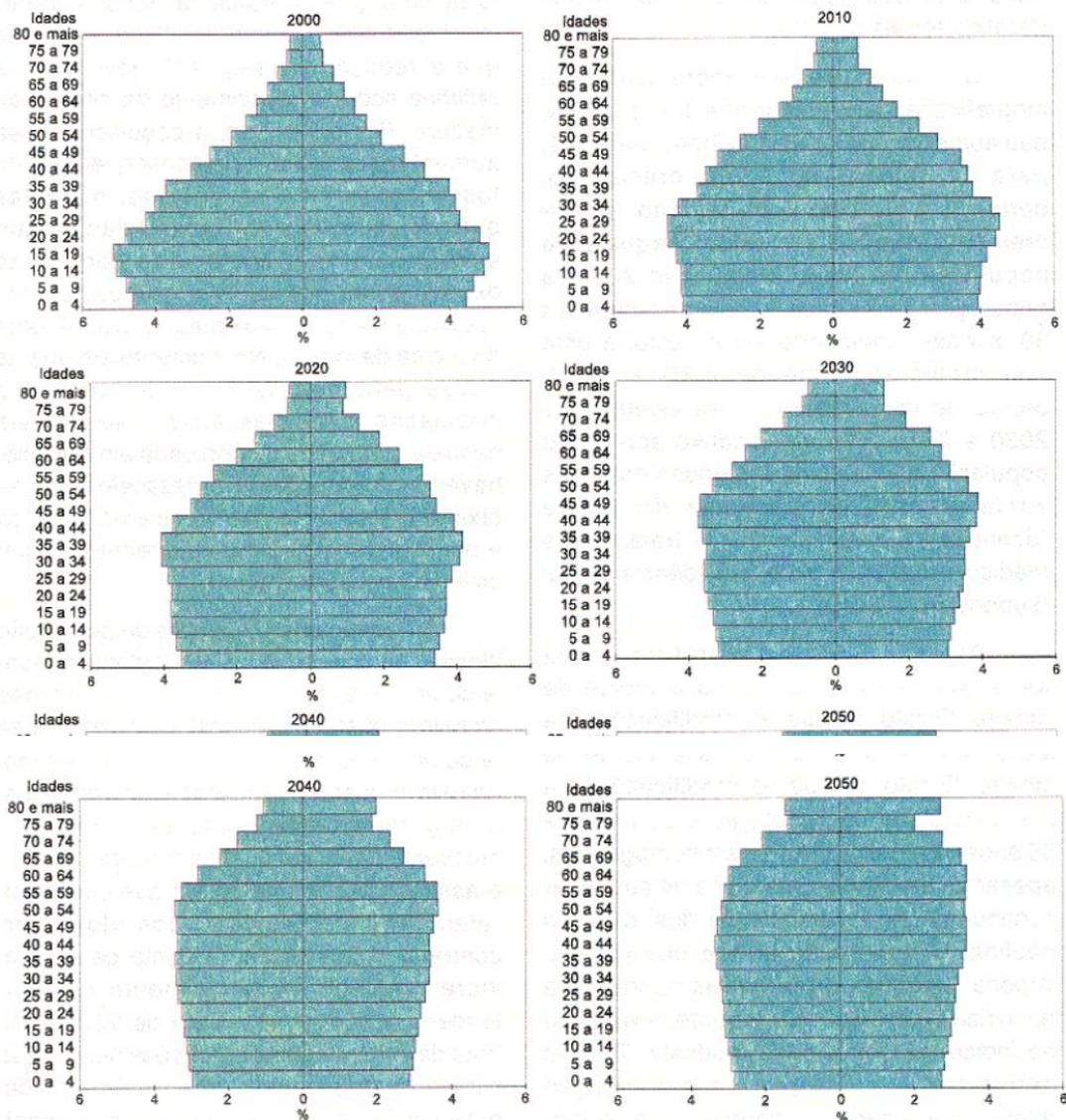


Figura 1. Evolução das pirâmides etárias, no Brasil, entre 2000 e 2050.
Fonte: Moreira (1998, p. 84).



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Essa desigualdade tem forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social. Segundo Nicodemo e Godoi (2010, p. 45) “a longevidade das mulheres idosas significa mais risco que vantagem, uma vez que ela é física e socialmente mais frágil do que os homens”. As mulheres acumulam, no decorrer da vida, desvantagens como violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, além de terem maior probabilidade de serem mais pobres do que os homens, necessitando de uma atenção diferenciada.

Para compreender a idosa de hoje, vale rever dados históricos. No Brasil, segundo Nicodemo e Godoi (2010), as ações do movimento feminista nos anos 60 e 70 foram decisivas para buscar a igualdade entre os gêneros. Os canais de comunicação abriram espaço para as reivindicações das mulheres, que deixaram de ser coadjuvantes na história para integrar o elenco principal.

Assim, em 1962, o Código Civil passou a permitir às mulheres casadas alguns direitos como cidadãs, sem precisar da autorização do marido, como assinar contrato de trabalho, abrir conta ou poupança bancária, realizar viagens para o exterior, etc. Verdadeiros redutos masculinos foram abertos às mulheres, como as universidades, conduzindo-as a conquista do mercado de trabalho e ao mundo público. A emancipação da mulher fez com que trocassem a segurança e calma de uma vida no lar, pela luta e insegurança das ruas. O advento da pílula anticoncepcional proporcionou uma liberação sexual e impulsionou a revolução feminista. No entanto, há mulheres que ainda se identificam com o papel de “cuidadoras”, aceitam o modelo tradicional e se mantêm restritas ao espaço doméstico por opção e ou obrigação (NICODEMO; GODOI, 2010).

Apesar das mulheres terem ido à luta contra o modelo tradicional, hoje quebram convenções buscando novos horizontes. Conseguiram se libertar do domínio masculino, mas passaram a ser submissas da ideologia da beleza, que considera a velhice e a obesidade antiestéticas (PAULA, s/d).

Estatísticas que abordaram o referido assunto, como menciona Goldani (s/d), apontaram a longevidade da mulher como um fato comum a todas as sociedades modernas, desenvolvidas ou não, e o fato de homens morrerem mais cedo estão relacionadas a hipóteses que envolvem diferenças sociais e estilo de vida, que podem estar associadas ao tabagismo, consumo elevado de alimentos com gorduras saturadas, comportamento, competição entre os homens, não se esquecendo de fatores biológicos como hormônios protetores femininos e ausência de ciclo menstrual, fatores genéticos e processos reparadores DNA.

De acordo com trabalhos desenvolvidos por Veras apud França (1999), as mulheres vivem mais não só em função de fatores biológicos e genéticos habituais, mas porque são menos propensas a riscos de acidente em geral, consomem menos tabaco e álcool, tem maior consciência de seus sintomas e doença, procuram mais os serviços de saúde. Porém, os mesmos autores ressaltam que apesar das mulheres viverem mais, a proporção de depressão e deficiências físicas e cognitivas é maior entre elas do que entre homens.

Os autores Magnabosco-Martins, Vizeu-Camargo e Biasus (2009), enfatizam que a mulher era educada especialmente para as atividades domésticas, para dedicar-se



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

exclusivamente à sua família, impunha-se uma restrição de seus contatos sociais e suas possibilidades de independência financeira. Por isso, sofre mais que o homem ao ficar sozinha (divorciada, viúva e com a saída dos filhos de casa), mas é o momento em que algumas têm a oportunidade de criar as próprias regras e viver uma liberdade que antes não tinham, pois eram dependentes e submissas. Porém, as mulheres se adaptam melhor à aposentadoria do que os homens, porque enquanto elas trabalham, mantêm outros interesses e habilidades, que as auxiliam na adaptação à mudança de vida (MAGNABOSCO-MARTINS; VIZEU-CAMARGO; BIASUS, 2009; PAULA, s/d).

Segundo Veras apud Nicodemo e Godoi (2010):

“as mulheres contribuem durante a vida inteira com a educação dos filhos, com o trabalho doméstico, com o cuidado com os parentes idosos, mas que, “frequentemente terminam desamparadas, justamente numa das fases mais delicadas de suas vidas: a “velhice”. [...] “a vida solitária é muito mais freqüente entre as mulheres do que entre os homens” (VERAS apud NICODEMO; GODOI, 2010, p. 43).

Com relação à questão financeira a mulher enfrenta, então, uma aposentadoria com rendimento mínimo ou nulo; escassos recursos econômicos; viuvez ou separação do casal; afastamento de seus filhos e filhas; cuidado de familiares dependentes, jovens ou idosos; além de enfrentar ainda sentimentos de inutilidade, provocados por todos os mitos e estereótipos existentes socialmente. Na medida em que aumenta a idade, a mulher é considerada menos atrativa e, portanto, desvalorizada, enquanto que o homem ganha prestígio com a idade, o que a leva a uma baixa-estima, devido às estruturas sociais que exigem da mulher ser jovem, bonita e produtiva para participar e contribuir com a sociedade (SALGADO, 2002).

Motta apud Santos (2008) com relação às diferenças de gênero menciona que,

"[...] na vivência da velhice e de outras fases do desenvolvimento humano, as diferenças entre as pessoas do sexo masculino e feminino são marcantes e determinantes em suas vidas. Uma vez que o sexo, enquanto estado biológico é investido social e culturalmente, passa a ser gênero e tem a finalidade definir os papéis nas relações sociais de poder entre homens e mulheres. De certo modo, pode-se considerar que o gênero é uma estrutura normativa de manutenção e reprodução social, que pode colocar à margem da sociedade aqueles que não se ajustam à ordem social estabelecida [...]" (Motta apud Santos, 2008, p.16).

A combinação dos efeitos do envelhecimento populacional, da desigualdade social e das mudanças nas práticas sociais relativas à convivência entre as gerações, aumenta a probabilidade de que mulheres idosas de todos os níveis sociais venham a viver sozinhas e venham a ser cuidadoras do cônjuge ou dos ascendentes. Se associadas com problemas de



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

ERGO, JAM
Universidade Federal de Viçosa

saúde ou financeiros, essas duas experiências configuram-se como riscos adicionais à saúde e ao bem-estar dessas mulheres (NERI, 2001).

De acordo com Neri (2001), a gerofobia, preconceitos e estereótipos às pessoas idosas com fundamentos em sua idade, são atitudes negativas que surgem do medo que as gerações jovens têm do envelhecimento e de sua resistência em lidar com os desafios econômicos e sociais que estão relacionados ao aumento da população idosa. Outro fato que ocorre associado a este é o sexismo, preconceito de idade enfrentado pelas mulheres ao envelhecer, onde enquanto os homens de idade avançada são considerados rudes, grisalhos e viris, as mulheres estão enrugadas e em decadência.

Segundo Salgado (2002) a terceira idade pode ter o lado positivo e ser tão ou mais frutífero e agradável para algumas mulheres. Viver ou estar só não significa sempre que uma mulher idosa esteja em solidão, a capacidade para estabelecer e manter amizades e relações com familiares, amigos, vizinhos e outros, pode ser uma adaptação à solidão da velhice, ser uma maneira de dar um sentido de identidade positivo e de desenvolver novos papéis (SALGADO, 2002).

Neri (2001) destaca a importância de identificar e promover condições que permitam a ocorrência de uma velhice longa e saudável, com uma relação custo- benefício favorável aos indivíduos e à sociedade, os efeitos da fragilidade física somando-se aos efeitos de variáveis sócio-demográficas, tais como escolaridade menor, viver só, ter que cuidar, e precisar de cuidados a qualidade de vida das mulheres tende a declinar.

A classificação das fases da vida é uma construção histórica e social, que depende da elaboração simbólica de rituais ou momentos marcantes. Como exemplo, temos na infância o ingresso na escola, na juventude os bailes de debutantes ou o exame de vestibular, na fase adulto-jovem temos o primeiro emprego e o primeiro carro. Sempre o marco tem uma perspectiva de desenvolvimento, de aquisições e crescimento, mas o momento marcante da passagem para a fase da terceira idade é dada pela inatividade (PAULA, s/d). De acordo com a autora acima é necessário que se faça uma reflexão sobre a faixa etária acima de 60 anos, de maneira a propor um fato que marque essa trajetória, assim como as demais já mencionadas, levando em consideração que os indivíduos mais velhos possuem uma bagagem ampla em seu currículo, imbuídos de saberes e memórias que podem contribuir com as gerações futuras.

4. Considerações finais

Ao terminar este estudo teórico, tem-se que a família é uma instituição que sempre existiu na sociedade, embora cada cultura a tenha de uma forma, com valores e significados variados. Esta instituição passou por muitas mudanças no decorrer dos anos, o que levou alguns autores a considerarem que a família está em extinção, porém a mesma perdura até os dias atuais de forma transformada, e continua sendo uma instituição primordial para a vida das pessoas e especialmente para os idosos.

Destas transformações surgiram os novos arranjos familiares, sendo alguns deles a família monoparental, família homo e a co-residência, além de idosos que moram sozinhos.



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

Outra mudança que marca o cenário do envelhecimento atual é a feminização da velhice, pois o número de mulheres vem aumentando em relação ao de homens, devido a diversos fatores. De acordo com os dados de pesquisas atuais as mulheres estão vivendo em média 7 anos a mais que os homens. Estas mulheres necessitam de atenção especial com relação à elaboração e aplicação de políticas públicas específicas, bem como estudos que visem a melhora de qualidade de vida das mesmas.

As mudanças propiciadas pela luta das mulheres por conquistas se fazem presentes tanto na vida das mulheres jovens quanto nas mulheres idosas. Nos últimos anos as idosas têm exercido diferentemente seu papel de avó, tendo a opção de após enviudar casar-se novamente, ingressar em diferentes grupos sociais colhendo os frutos de uma liberdade adquirida.

Referências Bibliográficas

AGRA, Flávia Maria Rigueira. Aposentados no Mercado de trabalho – uma Realidade Dinâmica em Viçosa, MG. In: MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Vania Eugênia da. (orgs.). *Envelhecimento no Brasil: um olhar sob o aspecto social*. Viçosa-MG: Ed. UFV, 2012. 228p.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003. Estatuto do idoso (2003)/ Estatuto do idoso/ organizado por Paulo Paim. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2003. 68 p.

Disponível em:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/idoso/lei_10741_03.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2013.

BRUNET, Karina Schuch. A união entre homossexuais como entidade familiar: uma questão de cidadania. *Revista Jurídica Órgão Nacional de Doutrina Jurisprudência Legislação e Crítica Judiciária*, Porto Alegre, v.281, 2001. Disponível em:

<<http://brunet.adv.br/wp-content/uploads/2012/05/Unia%CC%83oHomoafetiva.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.6, n.1, p.1-23, 1989.

CAMARANO, Ana Amélia. *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 34, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03>. Acesso em: 3 abr. 2013.

FENALTI, Rita de Cássia Souza; SCHWARTZ, Gisele Maria. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. *Revista Paulista Educação Física*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 131-141, jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v17%20n2%20artigo5.pdf>>. Acesso em: 13 de fev. 2013.

FRANÇA, Lucia Helena. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato (org.) *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará/UnATI, p. 11-34, 1999.

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO
 III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA
 VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4^o edição. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 7-22, 1994.

GOLDANI, Ana Maria. *Mulheres e envelhecimento*: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. 27 p. s/d. Disponível em: <<http://www.un-instraw.org/data/media/documents/publications/sc-age-IPEAcapitulo.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

HAVILAND, William A.; PRINS, Harold E. L.; WALRATH, Dana; BUNNY, McBride. *Princípios de Antropologia*. 2.ed. Traduzido por LIMA, E. P. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2011, 473 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

MAGNABOSCO-MARTINS, Claudia Regina; VIZEU-CAMARGO, Brígido; BIASUS Felipe. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. *Universitas Psychologica* v. 8, n. 3, p. 831-847, set-dez 2009. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/viewArticle/627>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

MENDES, M. R. S. S. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; FARO, Ana Cristina Mancussi; LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paul Enferm.* São Paulo, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

MOREIRA, Morvan de Melo. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 79-94, 1998.

NASCIMENTO, Arlindo de Melo. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006. São Paulo, *Anais...* 15, São Paulo. Disponível em: Disponível em: <http://143.107.236.240/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06>. Acesso em: 28 mar. 2013.

NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. In: 2^o Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia e Envelhecimento, 2007. São Paulo, *Anais...*, São Paulo. Disponível em: <<http://portalenvelhecimento.org.br/artigos/maio2007/2congresso.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda Piedade. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. *Rev. Ciênc. Ext.*, v. 6, n. 1, p. 40-53, 2010. Disponível em: <http://200.145.6.204/index.php/revista_proex/article/view/324>. Acesso em: 3 mar.2013.

NUNES, Lilian Maria; PORTELLA, Marilene Rodrigues. O idoso fragilizado no domicílio: A problemática encontrada na atenção básica em saúde. *Boletim da Saúde*. Porte Alegre, v. 17, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.esp.rs.gov.br/img2/v17n2_14idosoFragilizado.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2013.

PAULA, Rouseane da Silva. *Eu sou você amanhã*: a constituição identitária da velhice feminina. UFRN/PPGED. In: II Seminário Nacional Gêneros e práticas culturais: a velhice como objeto de estudo. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt7/501.pdf>>. Acesso em: 03 mar.2013.

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO
 III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA
 VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

PEDROSO, Sílvia Coutinho. A possibilidade jurídica da adoção por pares homoafetivos. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2605, 19 ago. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17224>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psic. clin.*, Rio de Janeiro, vol.19, n.2, p.57 – 69, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a05v19n2.pdf>>. Acesso em: 29 jan.2013.

PRADO, Danda. *O que é família?* 3ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense. 90p. 1993.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

SANTANA, Rita de Cácia Hora. *Família monoparental na sociedade contemporânea: breves reflexões*. In: V EPEAL. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FAMILIA-MONOPARENTAL-NA-SOCIEDADE-CONTEMPORANEA-BREVES-REFLEXOES.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

SANTOS, Edivana Almeida Aguiar dos. *Gênero e velhice: um estudo sobre as mudanças no envelhecimento*. 129f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Elaine Cristina de Aquino. *União de homossexuais e a adoção*. Barbacena, 2011, 25 f. Disponível em: <<http://www.barbacena.unipac.br/bb/tcc/tcc-71274fede9ad0000a74b30ce00e122fb.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

TERUYA, Marisa Tayra. A Família na historiografia brasileira: Bases e perspectivas teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu, MG (Brasil). *Anais...* Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 2000. v.1, 25p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 2 abr. 2013.